

Como foi a renegociação

29 SET 1983

por Milton Coelho da Graça
de Washington

Os erros de cálculo na primeira renegociação da dívida do Brasil foram analisados ontem para este jornal por uma fonte brasileira. Os arquitetos do programa — entre os quais Carlos Geraldo Langoni e Antônio Gebauer foram os principais — estabeleceram em US\$ 19,165 bilhões o total de necessidade de recursos que seria disponível ao longo do ano. Mas o total de necessidade é agora estimado em US\$ 21,417 bilhões (US\$ 2,252 bilhões a mais) e os recursos foram limitados a US\$ 17,240 bilhões (US\$ 1,925 bilhão a menos que o inicialmente pedido). Considerando-se a "tranche" do crédito "stand by" do Fundo Monetário Internacional (FMI) que ainda não foi liberada (US\$ 325 milhões), a diferença total do efetivamente necessário chega a

US\$ 4,502 bilhões — um erro "incrível" no julgamento da fonte, e que precipitou a "fase 2" da renegociação da dívida.

Detalhando as razões do erro de previsão, a fonte aponta "capital a curto prazo" e "investimentos diretos" como as maiores. Na elaboração do programa, o total de investimentos diretos previsto para 1983 era de US\$ 1,5 bilhão, mas pouco mais de US\$ 400 milhões entraram efetivamente no Brasil. Quanto ao "capital a curto prazo", a previsão era de que o País teria um saldo favorável nesta conta da ordem de US\$ 600 milhões, mas o resultado final será aproximadamente de US\$ 900 milhões negativos.

Também foi grande o erro na previsão do saldo em contas correntes (balança comercial mais conta de serviços). Ele foi estimado em US\$ 6,9 bilhões negativos, mas, mesmo com o

bom resultado da conta comercial, o déficit em contas correntes chegará a US\$ 7,700 bilhões. Os créditos de fornecedores e compradores no exterior chegariam, segundo o programa, a US\$ 1,5 bilhão, mas na realidade não chegaram a atingir US\$ 900 milhões.

E a fonte menciona também dois lapsos inesperados: as amortizações foram calculadas erradamente (US\$ 7,2 bilhões, quando o real era de US\$ 7,631 bilhões) e não foi considerada a produção de ouro do Brasil. O novo comitê assessor, entretanto, notou logo o lapso e fez questão de incluir na discussão e no cálculo das disponibilidades brasileiras a venda de US\$ 600 milhões neste ano e mais US\$ 600 milhões em 1984.

Do total dos erros de previsão de entrada (US\$ 2,66 bilhões) devem ser deduzidos cerca de US\$ 700 milhões relativos a algumas

contas em que os recebimentos foram maiores do que as previsões. Os dois itens maiores referem-se a créditos para fornecimento de trigo (US\$ 150 milhões) e US\$ 320 milhões relativos ao projeto 2 (rolagem de dívidas já existentes anteriormente). Com essa dedução e o acréscimo da parcela que não foi liberada pelo FMI (US\$ 325 milhões), a diferença final dos recebimentos a menos chega a US\$ 2,250 bilhões.

Os financiamentos às exportações (quase US\$ 700 milhões), créditos do Tesouro americano (pouco além de US\$ 100 milhões) e uma redução nas reservas (US\$ 700 milhões) contribuíram para reduzir esse total, que ficou em US\$ 2,252 bilhões.

Reducir seu risco no Brasil ("exposure"), ou seja, não entrar na renegociação com uma cota proporcional à sua parte nos juros. Esta é a posição de alguns dos oitocentos bancos credores — entre eles alemães, suíços e americanos — já manifestada ao comitê assessor.

O presidente do Banco para Compensações Internacionais (BIS), Fritz Leutwiler, mandou sondar oito instituições americanas quanto à possibilidade de o Brasil pagar apenas um terço dos juros, rolando os outros dois. Os suíços estão convictos de que o Brasil não pode saldar a dívida se tiver de pagar juros equivalentes a dois terços das exportações, dai pretendem concentrar a ação dos credores na defesa do principal — seguindo a teoria de que "é melhor perder os anéis que os dedos".

GAZETA MERCANTIL